

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.597 - SP (2019/0006476-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **RODOLFO ANDRE MOLON**  
**ADVOGADOS** : **RODOLFO ANDRÉ MOLON (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP129299**  
**DINORAH MOLON WENCESLAU BATISTA - SP111776**  
**AGRAVADO** : **BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS** : **PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134**  
**FRANCIELI GARCIA - SP337983**  
**MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - SP303021**  
**JOSÉ TENÓRIO DA SILVA JÚNIOR - SP317338**  
**ANA CAROLINA GINJO - SP371530**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANO MORAL. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por Rodolfo André Molon, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, para impugnar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 597):

Apelação. Ação de indenização por danos morais. Abertura de conta corrente em nome do autor, por terceira pessoa, utilizada em atividades criminosas.

Sentença de improcedência.

Aplicação da Súmula 479, do STJ.

Responsabilidade objetiva configurada. Réu que não foi diligente quando da abertura da conta corrente. Endereço indicado e dados da carteira de identidade (RG) não correspondem aos dados do autor. Comprovante com endereço diverso do autor.

A exibição dos documentos perante a instituição bancária não se constitui em mera formalidade. Os bancos possuem (ou deveriam possuir) pessoal qualificado para a conferência documental e setor especializado para a conferência das informações que lhes são prestadas.

Falha na prestação de serviço evidenciada.

Autor que respondeu processo administrativo perante seu órgão de classe (OAB), bem como foi alvo de investigação criminal.

Dano moral configurado. Indenização devida. Aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Fixação da indenização em R\$20.000,00.

Inversão do resultado do julgamento. Ônus da sucumbência que será arcado pelo réu, fixados os honorários advocatícios em 15% do valor da condenação líquida.  
Recurso provido.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 603-613), o recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 944 do Código Civil, sustentando, em síntese, ser irrisório o valor fixado a título de danos morais.

O recurso especial não foi admitido na origem, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, "a intervenção desta egrégia Corte para alterar os valores fixados pelas instâncias ordinárias a título de reparação por danos morais somente se justifica nas hipóteses em que estes se mostrem ínfimos ou exorbitantes" (AgRg na Rcl n. 4.847/SE, Rel. Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe 17/2/2011).

Na espécie, a Corte local, diante das peculiaridades fáticas do caso, reputou adequado estipular a indenização por danos morais no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Assim, verifica-se que essa quantia não se afigura exorbitante, o que torna inviável o recurso especial, no ponto, nos termos do enunciado n. 7 da Súmula do STJ, não sendo o caso de valoração da prova.

Por fim, é inviável o conhecimento pelo dissídio jurisprudencial apontado, visto que a simples transcrição das ementas, trechos ou inteiro teor dos julgados tidos como paradigmas, sem a realização do devido cotejo analítico entre os acórdãos confrontados, não atende às exigências dos arts. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

